



Inglaterra acaba com brecha que permitia a réu não pagar advogados

Não são só os mais pobres que têm sido atingidos pelos cortes na assistência judiciária na Inglaterra. A tentativa do governo de economizar e superar a crise financeira acabou com a brecha na lei usada por acusados ricos para não pagar advogados.

A nova regra entrou em vigor no começo de junho e, segundo estimativa do Ministério da Justiça britânica, deve garantir aos cofres públicos uma economia de até 2 milhões de libras (R\$ 9,5 milhões) por ano.

Pela lei atual, todo o patrimônio dos acusados é bloqueado quando há suspeitas de que o dinheiro é fruto do crime. Sem acesso a recurso financeiro nenhum, o acusado ganha o direito à assistência judiciária gratuita. Na teoria, depois que ele acaba de acertar contas com a Justiça, precisa reembolsar os gastos com sua defesa.

Na prática, não é bem isso que acontece. São frequentes os casos de burla ao sistema de reembolso, com condenados escondendo seu patrimônio e alegando falta de dinheiro para não repor aos cofres públicos os gastos com os advogados.

A nova legislação determina que, uma vez encerrado o julgamento, o dinheiro bloqueado seja usado para reembolsar os cofres públicos pelos gastos com a defesa do acusado. Em caso de condenação, primeiro, o juiz tira do valor congelado a quantia necessária para pagar multas e eventuais indenizações. O que sobra é usado para reembolsar os gastos com a assistência judiciária.

Date Created

08/06/2015